

**TotalEnergies alvo de uma queixa criminal por cumplicidade em crimes de guerra, tortura e desaparecimentos forçados em Moçambique**

17 de novembro de 2025. Berlim, Paris, Maputo – Hoje, o *Centro Europeu para os Direitos Constitucionais e Humanos* (ECCHR) apresentou uma queixa contra a TotalEnergies e contra X por cumplicidade em crimes de guerra, tortura e desaparecimentos forçados. A grande empresa é acusada de ter financiado diretamente e apoiado materialmente a *Joint Task Force* (JTF), composta pelas forças armadas moçambicanas, enquanto esta teria detido, torturado e morto dezenas de civis nas suas instalações de gás em Moçambique entre julho e setembro de 2021. A queixa foi apresentada ao Ministério Público Nacional Antiterrorista (PNAT), também competente para crimes internacionais.

Esta denúncia surge no momento em que a TotalEnergies acaba de anunciar o levantamento da força maior declarada em abril de 2021 sobre o seu projeto de gás natural liquefeito, Mozambique LNG, apesar da [persistência do conflito armado](#), da intensificação dos [ataques mortíferos](#) e de uma grave [crise humanitária](#).

A queixa diz respeito ao «massacre dos contentores» que teria ocorrido nas instalações da própria empresa. Estas alegações foram inicialmente relatadas pelo meio de comunicação [Politico](#) em setembro de 2024, e posteriormente pelo [SourceMaterial](#) e pelo [Le Monde](#).

Na sequência de um ataque insurgente contra a cidade de Palma pelo grupo armado Al-Shaba em abril de 2021, as forças armadas moçambicanas – incluindo membros da JTF apoiada pela TotalEnergies – teriam, durante três meses, detido arbitrariamente e torturado pelo menos 150 civis em contentores metálicos localizados na entrada do local de exploração de gás. Estes civis foram intercedidos pela JTF no início de julho, enquanto fugiam das suas aldeias ameaçadas pelo Al-Shabab. De acordo com as alegações relatadas, os detidos teriam sido torturados, vítimas de desaparecimentos forçados ou executados. Muitas famílias estão, portanto, sem notícias dos seus entes queridos desaparecidos desde julho de 2021.

A JTF foi criada ao abrigo de um [memorando](#) assinado em 2020 entre a filial moçambicana da TotalEnergies e o governo de Moçambique, como unidade de segurança dedicada à proteção das operações da Mozambique LNG.

## **A TotalEnergies tinha conhecimento das violações dos direitos humanos cometidas pelas forças armadas antes do massacre**

*«A TotalEnergies sabia que o exército moçambicano era acusado de violações dos direitos humanos e crimes de guerra, mas decidiu apoiar a Joint Task Force com o único objetivo de garantir a segurança das suas próprias operações», afirma Clara Gonzales, do ECCHR. «O envolvimento direto da TotalEnergies com as forças armadas locais e a gravidade das alegações devem levar à abertura de uma investigação pelo Ministério Público. As empresas e os seus dirigentes não são atores neutros quando operam em zonas de conflito: podem ser responsabilizados criminalmente como cúmplices se facilitarem ou alimentarem crimes.»*

Documentos internos da TotalEnergies, provenientes nomeadamente do seu prestador de serviços de segurança, detalham os atos de violência contra civis a partir de maio de 2020, revelando que a

empresa tinha conhecimento das graves violações dos direitos humanos cometidas pelas forças armadas moçambicanas, em particular a JTF, nas imediações das suas instalações.

Esses documentos foram obtidos através de pedidos de acesso a documentos administrativos dirigidos a várias instituições financeiras públicas envolvidas na Mozambique LNG. Alguns já tinham sido revelados pelo [Le Monde](#) e pela [SourceMaterial](#), mas a denúncia analisa novos documentos comunicados pelo governo holandês, nos quais a TotalEnergies detalha o seu sistema de segurança, bem como os riscos para os direitos humanos relacionados com o recurso à JTF.

Apesar destas informações, a TotalEnergies continuou a apoiar diretamente a JTF, fornecendo aos soldados alojamento, alimentação, equipamento e bónus; bónus condicionados ao respeito pelos direitos humanos.

## **Uma linha vermelha para os financiadores do projeto**

As revelações da Politico desencadearam investigações conduzidas pelas autoridades moçambicanas, bem como por duas agências de crédito à exportação que apoiam o projeto, a agência britânica *UK Export Finance* e o governo holandês – para a agência *Atradius Dutch State Business*. No entanto, ainda não foi aberta nenhuma investigação judicial europeia.

Lorette Philippot, da Amigos da Terra França, declara: «*A gravidade das acusações contra a Total nesta queixa criminal deve estabelecer uma linha vermelha para os financiadores do projeto GNL Moçambique. Mais de 30 bancos públicos e privados decidiram confiar na Total em 2020, participando no financiamento do seu projeto, mas não assinaram cheques em branco. A Total continua a demonstrar que não aprendeu nada com o passado: acaba de anunciar o reinício do seu projeto de gás, apesar do contexto dramático em termos de segurança e humanitário. Os governos britânico e holandês, tal como os bancos franceses Société Générale e Crédit Agricole, devem agora recusar-se a renovar o seu apoio financeiro e retirar-se do Mozambique LNG.*»

## **A TotalEnergies já é alvo de uma investigação preliminar no âmbito do projeto Mozambique LNG**

Uma primeira queixa foi apresentada em 2023 por sobreviventes e familiares das vítimas do ataque de Palma pelo Al-Shabab em abril de 2021. A TotalEnergies é acusada de não ter garantido a segurança dos seus subcontratados, que foram alvejados e, em alguns casos, mortos. Em março de 2025, o procurador de Nanterre abriu uma [investigação preliminar](#) por homicídio involuntário e omissão do dever de socorro a pessoas em perigo.

As empresas e os seus dirigentes podem ser penalmente responsáveis: em França, [o caso Lafarge](#) levou à investigação da empresa e dos seus dirigentes por cumplicidade em crimes contra a humanidade cometidos pelo Daech na Síria, e um julgamento por financiamento do terrorismo contra a empresa e quatro dirigentes está em curso no tribunal judicial de Paris. Na Suécia, também está em curso um julgamento contra dois ex-dirigentes da [empresa petrolífera sueca Lundin](#) por cumplicidade em crimes de guerra cometidos pelo regime sudanês – hoje Sudão do Sul.

O projeto, além das inúmeras acusações de violações dos direitos humanos, é uma das [bombas](#) de carbono que ameaçam os objetivos climáticos do Acordo de Paris e pode contribuir para a emissão de até 4,5 mil milhões de toneladas de CO<sub>2</sub> equivalente ao longo da sua vida útil.

# EUROPEAN CENTER FOR CONSTITUTIONAL AND HUMAN RIGHTS



- Os Amigos da Terra Moçambique (Justiça Ambiental), os Amigos da Terra França e os Amigos da Terra Europa, que há anos conduzem uma campanha contra o projeto GNL Moçambique e seus impactos, apoiam esta ação judicial.
- Este caso insere-se no âmbito [do trabalho](#) contínuo do ECCHR sobre a responsabilidade das empresas em conflitos armados.

## Contacts

- ECCHR : Maria Bause, [presse@ecchr.eu](mailto:presse@ecchr.eu), +33 6 37 57 39 44
- Les Amis de la Terre France : Lorette Philippot, +33 6 40 18 82 84, [lorette.philippot@amisdelaterre.org](mailto:lorette.philippot@amisdelaterre.org)
- Justiça Ambiental! : Daniel Ribeiro, +258 86 620 5608, [daniel.ja.mz@gmail.com](mailto:daniel.ja.mz@gmail.com)